


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
 Rua D. Alexandrina, 215  
 São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **4000397-88.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 28/03/2014 15:32:03 faço estes autos conclusos ao  
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
 subscrevi.

**RELATÓRIO**

**BIVETER COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. ME.** propõe ação indenizatória contra **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**. É proprietária de caminhão que envolveu-se em acidente em 13/02/2013. O acidente somente ocorreu porque não há, no cruzamento, sinalização horizontal de parada obrigatória, e a sinalização vertical estava encoberta pelas árvores, caracterizando falha na prestação do serviço pelo réu, atraindo a sua responsabilidade. Os reparos no veículo da autora custaram-lhe R\$ 2.870,50. Teve que indenizar o proprietário do outro veículo no valor de R\$ 7.084,00. Sob tais fundamentos, pediu a condenação do réu ao pagamento de indenização no valor de R\$ 9.954,50. Juntou documentos e fotos (fls. 16/63).

Em contestação (fls. 71/85) aduz o réu que ainda que a visualização da sinalização estivesse prejudicada, o motorista não agiu com a cautela necessária, inobservando, para os casos em que não haja sinalização, os preceitos do CTB, arts. 29, III, "c", e 44. Requereu a improcedência da ação e subsidiariamente, o reconhecimento da culpa concorrente.

O processo foi saneado (fls. 87), e em audiência de instrução ouviram-se três testemunhas (CD arquivado em cartório).

**FUNDAMENTAÇÃO**

A ação é procedente.

A autora comprovou a falha na prestação do serviço público de sinalização das vias públicas como causa determinante do acidente, a preponderar sobre a falta de cautela do motorista do caminhão pertencente à autora.

Vejamos a prova oral, acondicionada em CD, arquivado em cartório.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Mateus Delbuque é o motorista do outro veículo envolvido no acidente. Trafegava na preferencial. O motorista do caminhão da autora violou a preferencial e colidiu com seu automóvel. **Inexistia sinalização horizontal e a placa de PARE estava encoberta totalmente por duas árvores, não visualizável. No local ocorreram vários acidentes em razão da sinalização inadequada. Sabe que, após o ocorrido, a prefeitura municipal modificou a placa de lugar e pintou a sinalização horizontal da parada obrigatória.** Seu automóvel sofreu danos – perda total - e a empresa-autora o indenizou, no valor que consta no recibo (fls. 41). O caminhão estava em velocidade regular.

Cleber José Mazzari mora a meia quadra do local e **afirma que, no local, ocorriam muitos acidentes, em razão de a sinalização de parada obrigatória, na rua em que trafegava o caminhão da empresa-autora, ser péssima, isto é: não havia sinalização horizontal, e a sinalização vertical (placa) estava encoberta pelas árvores. Hoje, a sinalização é adequada, pois após o acidente a Prefeitura Municipal pintou a sinalização horizontal e a placa está visível. Lembra-se a ocorrência de vários acidentes, seguidos, durante o período da sinalização adequada.** Quanto aos fatos, ficou sabendo através do jornal São Carlos Agora. É o autor de postagem no site do São Carlos Agora, fls. 44.

Vagner Roberto do Prado, motorista do caminhão da autora, diz que descia em velocidade regular, uns 15km/h, e que não havia sinalização adequada, atravessou o cruzamento e causou o acidente. **Inexistia sinalização horizontal e a placa de PARE estava encoberta pelas árvores.** O motorista do outro veículo foi indenizado pela empresa-autora. **Quando ocorrido o acidente, uma vizinha veio e disse que sempre ocorriam acidentes no local, e ninguém tomava providências.** Ingressou na rua em questão pouco antes do cruzamento em que ocorreu o sítio, mas atravessou outros cruzamentos. Naqueles cruzamentos, respeitou a parada obrigatória porque a via pública estava sinalizada. Quando da ocasião, freou o caminhão – sem frear -, não viu ninguém e passou. Sabe que aquele que vem pela direita, em vias não sinalizadas, tem preferência. Mas não viu ninguém. Não sabe se o caminhão que conduzia tinha seguro.

À luz de tal prova, resulta que a Prefeitura Municipal **falhou na sinalização da via pública** em que trafegava o caminhão de propriedade da autora, pois **não havia sinalização horizontal e a placa estava totalmente encoberta**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**pelas árvores, impossibilitando a sua visualização pelos motoristas.**

A propósito, merece destaque que a conduta **da própria Prefeitura Municipal** revela o seu **próprio entendimento** de que **aquela via pública**, em especial, **exige** sinalização.

A um, porque como **salientado em contestação** e **observado pelo motorista do caminhão da autora**, naquela rua, **nos cruzamentos anteriores e posteriores**, há sinalização, ao menos por placas de PARE. Isso demonstra a **tomada de uma decisão**, pela Municipalidade (presumivelmente técnica), no sentido de que a intensidade do **tráfego de veículos** naquela via pública torna **necessária** a sinalização para a prevenção de acidentes.

A dois, em razão de que, **após o acidente discutido nos autos**, como comprovado na inicial e pela prova oral, **a Prefeitura Municipal pintou a sinalização horizontal e adotou medidas para tornar visível a placa de PARE**. Ora, se a Prefeitura Municipal **realmente entendesse** (como sugerido em contestação) que aquela via pública, por suas características, não seria uma **prioridade** para a sinalização, ou seja, não exigisse a sinalização, **não teria** tomado tais providências tão-só por um acidente (supostamente) pontual devido, como alega, exclusivamente à culpa do motorista do caminhão.

Também não pode ser ignorado que, como comprovado pela prova testemunhal, **aquele cruzamento específico**, pela **sinalização deficiente**, estava sofrendo há algum tempo com a **ocorrência de acidentes em medida anormal**. Mais um elemento a não deixar dúvidas de que **a sinalização é necessária** naquela altura da via pública e a Prefeitura Municipal falhou ao não cumprir a sua obrigação legal.

Atento a tal **conjunto de circunstâncias**, a culpa do motorista do caminhão da autora não se apresenta **determinante**, sendo imputável à Prefeitura Municipal o ocorrido.

E, em consequência, o réu deverá indenizar a autora pelos prejuízos comprovados documental e oralmente nos autos, quais sejam: reparos com o caminhão; valor dispendido para ressarcir o proprietário do outro automóvel envolvido no acidente.

Os juros moratórios, cumpre salientar, incidem desde o evento danoso,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

consoante a Súm. 54 do STJ.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **julgo procedente** a ação e **CONDENO** o réu a pagar à autora: **a)** R\$ 1.759,00, com atualização monetária desde 26.04.13 e juros moratórios desde 13.02.13; **b)** R\$ 251,50, com atualização monetária desde 29.04.13 e juros moratórios desde 13.02.13; **c)** R\$ 700,00, com atualização monetária desde 30.04.13 e juros moratórios desde 13.02.13; **d)** R\$ 160,00, com atualização monetária desde 17.05.13 e juros moratórios desde 13.02.13; **e)** R\$ 7.084,00, com atualização monetária desde 12.07.13 e juros moratórios desde 13.02.13. **CONDENO** o réu, ainda, em custas e despesas de reembolso e honorários advocatícios que arbitro, por equidade (art. 20, § 4º, CPC), em 10% sobre o valor da condenação. .

*Sem reexame necessário (art. 475, § 2º, CPC).*

P.R.I.

São Carlos, 22 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**